

A Distribuição Municipal do Emprego Formal na Faixa de Fronteira Paranaense

The Municipal Distribution of Formal Employment in the Paraná State Border Strip

La Distribución Municipal del Empleo Formal en la Franja de Frontera de Paraná

Marcele Rosália Siveres*
Jandir Ferrera de Lima**

RESUMO

O objetivo desse artigo foi analisar a distribuição do emprego formal nos municípios da Faixa de Fronteira do Oeste e Sudoeste Paranaense. Para isso, foram empregados métodos de pesquisa bibliográfica e documental e a análise de dados secundários coletados da base da RAIS e do IBGE, para os períodos de 2011, 2016 e 2021. Os resultados principais indicaram que, durante o período analisado, o setor terciário, que engloba comércio e serviços, destacou-se como o principal empregador regional. No entanto, a dinâmica do mercado de trabalho regional e estadual mostrou também estar vinculada ao nível de agroindustrialização de cada localidade. Os dados também apontaram para um equilíbrio populacional no estado do Paraná e um crescimento econômico gradual. Em termos de emprego formal, os municípios da Faixa de Fronteira do Oeste e Sudoeste do Paraná apresentaram um aumento absoluto, com um crescimento total de 22% no conjunto dos municípios.

Palavras-chave: Desenvolvimento fronteiriço. Economia regional. Emprego. Desenvolvimento regional.

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte aos pesquisadores por meio de bolsa e fomento à pesquisa.

* Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Administração, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Especialista em Práticas Inovadoras na Educação, pela Associação de Ensino, Pesquisa e Extensão Biopark, Biopark Educação, Toledo, Paraná, Brasil. Graduada em Administração também pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, Brasil.

E-mail: marcele.siveres@unioeste.br

** Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec (UQAC), Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor dos Programas de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, Brasil.

E-mail: jandir.lima@unioeste.br

Artigo recebido em março/2024 e aceito para publicação em agosto/2024.

ABSTRACT

This paper analyzes the distribution of formal employment in the municipalities of the Western and Southwest regions in Border Strip of Paraná State. For this, bibliographic and documentary research methods were used and the analysis of secondary data collected from the RAIS and IBGE databases, for the periods of 2011, 2016 and 2021. The main results indicated that, during the period analyzed, the tertiary sector, which encompasses commerce and services, stood out as the main regional employer. However, the dynamics of the regional and State labor market also proved to be linked to the level of agricultural industrialization in each location. The data also pointed to a population balance in the Paraná State and gradual economic growth. In terms of formal employment, the municipalities of the Western and Southwest regions in Border Strip of Paraná State showed an absolute increase, with a total growth of 22% in all municipalities.

Keywords: Border development. Regional economy. Employment. Regional development.

RESUMEN

Este artículo analiza la distribución del empleo formal en los municipios de las regiones Oeste y Suroeste de la Franja Fronteriza del Estado de Paraná. Para ello, se utilizaron métodos de investigación bibliográfica, documental y el análisis de datos secundarios recopilados de las bases de datos RAIS e IBGE, para los períodos de 2011, 2016 y 2021. Los principales resultados indicaron que, durante el período analizado, el sector terciario, que engloba comercio y servicios, destacó como el principal empleador regional. Sin embargo, la dinámica del mercado laboral regional y estatal también demostró estar vinculada al nivel de industrialización agrícola en cada localidad. Los datos también apuntaron a un equilibrio poblacional en el estado de Paraná y a un crecimiento económico gradual. En términos de empleo formal, los municipios de las regiones Oeste y Suroeste de la Franja Fronteriza del Estado de Paraná mostraron un aumento absoluto, con un crecimiento total del 22% en todos los municipios.

Palabras clave: Desarrollo fronterizo. Economía regional. Empleo. Desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

A Faixa de Fronteira Paranaense delimitada para este estudo é composta pelos municípios localizados nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Atualmente, são um total de 87 municípios agrupados em 6 microrregiões, quais sejam: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, pertencentes a mesorregião Oeste; Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco, pertencentes a mesorregião Sudoeste. Apesar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter substituído essa regionalização para o regional dividido em regiões geográficas intermediárias e imediatas, muitas bases de dados ainda não estão atualizadas. E, a classificação em mesorregiões e microrregiões, dentre outras, também continua usual.

A caracterização da fronteira terrestre brasileira sob o conceito de Faixa de Fronteira, segundo Borba (2013), compreende uma área de até 150 km de largura, ao longo da linha da fronteira, regrada por normas para ocupação, trânsito e exploração econômica, tendo em vista a preservação dos interesses e da defesa da soberania do território nacional. Sendo que, a fronteira limite está ligada a uma concepção precisa e definida de terreno, enquanto a Faixa de Fronteira é mais abrangente e se refere a um espaço interiorano que margeia a linha de fronteira.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a Faixa de Fronteira em 150 km a partir da linha limítrofe terrestre entre o país e seus vizinhos e consolidou essa faixa como indispensável à defesa do país (BORBA, 2013; BRASIL, 2023).

De acordo com Furtado (2015), a concepção moderna da Faixa de Fronteira como área de defesa nacional surgiu com a Constituição Federal de 1988, entretanto apenas ficou mais significativa a partir da criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999. As práticas organizacionais da estrutura de defesa para a Faixa de Fronteira começaram a surgir no início do século XXI. A partir disso, a Faixa de Fronteira é entendida como uma área legalmente estabelecida pelo estado para direcionar um tratamento político diferenciado em relação ao restante do país. Essa faixa, por se tratar de um espaço de atuação organizacional, sujeita-se aos efeitos dos padrões de comportamento de organizações. Como até o momento preponderaram comportamentos organizacionais baseados em critérios de defesa nacional, a concepção da Faixa de Fronteira tem se mantido predominantemente nesse sentido.

O art. 9º da Lei nº 6.634/1979, ainda em vigor, já tratava a Faixa de Fronteira como área de segurança nacional e determinou a parceria entre União, estados e municípios em ações e investimentos ao longo da Faixa de Fronteira. O Decreto 85.064/1980 regulamentou a citada Lei, mas, para que os municípios tenham acesso aos recursos, precisam da anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para ações na Faixa de Fronteira (BRASIL, 2023).

Percebe-se assim, um avanço na aplicação do referido diploma legal e a partir da experiência burocrática do CDN na Faixa de Fronteira, foram consolidados

três instrumentos que auxiliam na execução de pactos com autoridades políticas dos dez países limítrofes: diretriz constitucional, tratados-marco e consórcios no âmbito federativo. Dessa forma, a Faixa de Fronteira é uma região de referência estratégica, pois as especificidades oriundas desses territórios proporcionam complementariedade e reforçam a integração nacional e internacional. Pela área de fronteira ocorre o acesso e a incorporação a mercados globais, quando forem satisfatoriamente coordenados e articulados (FURTADO, 2015; OLIVEIRA, 2018).

No caso do Oeste e Sudoeste Paranaense, áreas limítrofes com o Paraguai e Argentina, respectivamente, estudos apontaram para o deslocamento da dinâmica econômica e populacional da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul para a Faixa de Fronteira paranaense. Particularmente, a força de atração da Mesorregião Oeste paranaense, principalmente nos municípios de Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR) e Toledo (PR), tem forte ligação com as atividades econômicas urbano-industriais e o pujante agronegócio regional (MICHELON, 2014). Desse modo, essas atividades agem na geração de postos de trabalho, atraindo investidores e população para essa área da Faixa de Fronteira, resultando em um círculo virtuoso de crescimento econômico.

Diante do exposto, torna-se clara a importância em examinar a distribuição do emprego formal no conjunto dos municípios na área internacional da Faixa de Fronteira Paranaense, situados nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Além disso, o estudo procura compreender o dinamismo econômico regional bem como identificar os setores econômicos responsáveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O emprego formal e informal são dois tipos de relações de trabalho e apresentam características específicas. O emprego formal refere-se às posições de trabalho que seguem as regulamentações trabalhistas e são caracterizadas por contratos formais, benefícios sociais e proteções trabalhistas. O emprego informal refere-se às posições de trabalho que não seguem as regulamentações trabalhistas ou não têm contratos formais. Muitas vezes, esses trabalhadores não têm acesso aos benefícios sociais e enfrentam condições de trabalho menos estruturadas. Os dois grupos mais numerosos são os empregados sem carteira assinada e o trabalhador autônomo, sendo que são classificados como informais também os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, aprendiz/estagiário sem remuneração e trabalhadores na produção para o próprio consumo (FERNANDES; SCHLINDWEIN, 2011).

De acordo com Staduto e Schio (2010), na economia brasileira a informalidade contribuiu para aumentar o grau de flexibilidade do mercado de trabalho, basicamente em razão de os custos relacionados à institucionalização e à rotatividade do trabalhador serem menores em relação às ocupações formais. Já no seguimento formal, os segmentos são relativamente mais rígidos, e a admissão não é tão rápida, em razão das exigências de qualificação serem mais altas.

Em vista disso, é importante expandir o emprego formal com mão de obra qualificada para fortalecer o desenvolvimento econômico regional, pois segundo Piffer (2016), a especialização e a divisão do trabalho são os fatores mais importantes da expansão da economia regional. Todavia, ainda segundo o autor, a especialização é identificada como elemento competitivo para garantir a conquista de mercados externos, mas não suficiente, pois o arranjo institucional também desempenha um papel importante.

Logo, para que haja o desenvolvimento econômico, a estrutura econômica, em especial aquela voltada ao comércio inter-regional, deve ser capaz de estimular outros setores, de se diversificar ao longo do tempo e de se difundir para outras atividades na região e estimular o crescimento econômico (PIFFER, 2016).

Peretti Filho e Cunha (2019) apontaram que o crescimento econômico ampliou a capacidade de absorção do mercado de trabalho, melhorando a sua performance em relação à retração do desemprego e elevação da participação do emprego formal no emprego assalariado.

A estrutura ocupacional brasileira, caracterizada predominantemente por ocupações pouco qualificadas e baixa remuneração, constitui determinante fundamental para o grau de exclusão e desigualdade socioeconômica existente no país. Com isso, a melhoria da qualificação ao longo dos anos 2000, associada ao maior vigor econômico, representou um dinamizador relevante para a retração dessa desigualdade. Conseqüentemente, a expansão da oferta de mão de obra qualificada ocasionou a redução tímida do diferencial salarial em relação aos trabalhadores menos instruídos. Além disso, fez crescer também a formalização no mercado de trabalho, observando-se tal tendência sobretudo em Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro (PERETTI; CUNHA, 2019).

Staduto *et al.* (2010) analisaram o processo geral de divisão espacial do trabalho do ponto de vista da empregabilidade no estado do Paraná e verificaram que a oferta de mão de obra não atende à demanda por trabalho, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, que apresenta maior densidade industrial e empresas de alta tecnologia. Por outro lado, o problema da empregabilidade tem dimensões menores no interior do estado, pois nessa grande região estavam instaladas, concentradas, várias atividades tradicionais que atendem o perfil da mão de obra ofertante de menor qualificação.

Isto posto, Staduto *et al.* (2009) ainda ponderam que um dos aspectos importantes no mercado de trabalho é o comportamento do setor informal, pois sinaliza sobre o nível de precariedade dos postos de trabalho e, conseqüentemente, do bem-estar dos trabalhadores. No estado do Paraná, os setores mais importantes no comportamento do grau de informalidade são os da indústria, serviços e agricultura. Demonstrando, também, que o perfil demográfico da mão de obra ocupada revela

que o setor informal acompanha o formal quanto ao aumento do nível de instrução dos trabalhadores ocupados, bem como de experiência.

Christ *et al.* (2022), ao utilizar métodos de análise regional considerando a variável emprego formal, analisaram diversos indicadores entre 2002 e 2018 e verificaram ser o setor primário do Paraná o que concentra a maior força de trabalho em diversas microrregiões, as quais encontram na agricultura sua força motriz.

Os resultados positivos provenientes das atividades de exportação podem ser um caminho para o desenvolvimento regional harmonioso, promovendo a dinamização das regiões, bem como aumento da produtividade, competitividade, fortalecimento do capital humano e social, gerando emprego e renda na estrutura de produção regional. Ou seja, o mercado de trabalho formal no Brasil é sujeito a flutuações econômicas e políticas, possuindo leis trabalhistas rigorosas que regulamentam o emprego formal. Sendo possível ainda entender que o emprego informal sempre foi uma realidade significativa no Brasil, caracterizado por trabalhadores sem contratos formais e muitas vezes sem acesso aos benefícios sociais. Contudo, essa informalidade reflete a falta de oportunidades no mercado formal, bem como a flexibilidade que muitos trabalhadores buscam.

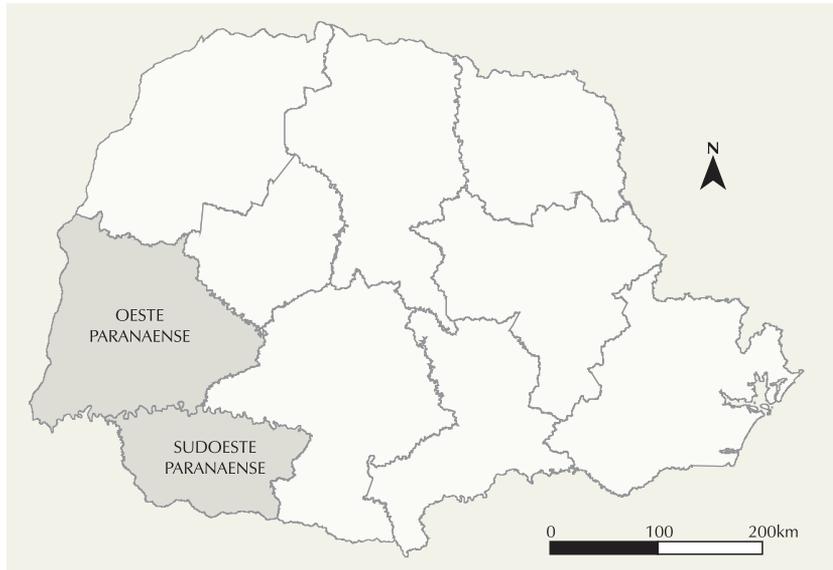
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é uma pesquisa exploratória-descritiva, pois observa fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, ou seja, descreve as particularidades de determinada população ou fenômeno. Assim, contribui para esclarecer o problema e estabelecer prioridades a serem apontadas (GIL, 2002). Assim, tal procedimento foi utilizado para alcançar o objetivo da análise.

A área de estudo foram os municípios das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, compostas pelas microrregiões Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Apesar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotar nova regionalização em substituição as de meso e microrregiões, muitas bases de dados ainda não estão atualizadas ou oferecendo essa regionalização. Isso não invalida a análise, pois a classificação em mesorregiões e microrregiões aponta parte do recorte analítico, ainda composto pela Faixa de Fronteira e seus municípios.

A análise não utilizou municípios situados na Faixa de Fronteira pertencentes a outras mesorregiões. Ou seja, o enfoque foi atribuído apenas aos 87 municípios nas proximidades da divisa internacional com a Argentina e Paraguai situadas diretamente na área da Faixa de Fronteira na divisa com Argentina e Paraguai conforme apresentadas na figura 1.

FIGURA 1 - MESORREGIÕES LOCALIZADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA EM DIVISA COM PARAGUAI E ARGENTINA - PARANÁ - 2023



FONTE: IBGE (2023)

NOTA: Elaboração dos autores.

No que se refere à abordagem, o estudo classifica-se de natureza qualitativa, pois visualiza o fenômeno a partir da sua dinâmica, sem a pretensão de tomar uma proposta rigidamente estruturada, uma vez que a intenção é estimular a proposição de estudos futuros que explorem novos enfoques. Esta abordagem busca incluir o senso comum e o conhecimento empírico para responder aos questionamentos levantados. (OLIVEIRA; STRASSBURG; PIFFER, 2017). No caso, a evolução do emprego formal e da população.

Quanto aos procedimentos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a documental. A pesquisa bibliográfica refere-se a uma investigação sistemática e crítica da literatura existente sobre um tema específico. Ela reúne e sintetiza as informações provenientes de diferentes fontes bibliográficas para alçar o aporte teórico relacionado as temáticas que se relacionam ao assunto, enquanto a pesquisa documental analisa documentos como fontes primárias de dados.

Esses documentos podem incluir uma variedade de fontes, pois o objetivo é coletar informações relevantes e confiáveis sobre um determinado assunto, período histórico, evento ou especificidade.

No aspecto empírico foram coletados dados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTE), a qual possui informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, a partir de uma espécie de “censo” em que todas as empresas formais são, por lei, obrigadas a responder. Compreendeu-se então, nessa coleta, os empregos formais e os vínculos por setor. Foram considerados

os cinco grandes setores econômicos (Agropecuária, Indústria de Transformação, Serviços, Construção Civil e Comércio), segundo a classificação do IBGE, pois são os principais segmentos da economia no estado e para se detalhar com maior precisão as atividades que possuem vantagens nas microrregiões em estudo. Entende-se que esses setores econômicos são fundamentais para compreender a dinâmica econômica do estado, para os períodos 2011, 2016 e 2021. Além da RAIS, se usou a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os dados demográficos, em especial da contagem (2016) e das estimativas da população (2011 e 2021).

A metodologia qualitativa de análise de conteúdo foi utilizada para a avaliação dos dados primários coletados no site da RAIS e do IBGE, sendo que os resultados se assentam nos resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme a tabela 1, observou-se que a distribuição dos empregos formais na Faixa de Fronteira Paranaense sofreu consideráveis variações no intervalo estudado. O setor terciário (comércio e serviços) foi o maior empregador no período, com praticamente 40% de participação no total. Todavia, o terciário foi o setor que obteve maior queda na variação de empregos formais para os anos de 2016 a 2021. Nesse mesmo período, a indústria obteve a maior variação de empregos aproximando-se de 50%, ocupando assim, a segunda posição na participação das ocupações, com aproximadamente 31%. No setor terciário, o comércio também possui boa participação nos empregos formais, superando os setores da construção civil e da agropecuária.

A retração do setor terciário refletiu o impacto da pandemia da Covid-19, atingindo drasticamente o comércio e serviços. No caso da indústria, como a área de alimentos tem uma participação significativa no emprego industrial regional, a mesma foi pouco afetada. A produção de alimentos não teve restrições de produção durante a pandemia, com exceção das unidades cujos trabalhadores foram infectados.

TABELA 1 - EMPREGO FORMAL, EM TERMOS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS, NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA - 2011/2016/2021

SETORES	EMPREGO FORMAL							
	2011 (A)	Participação no Total (%)	2016 (B)	Participação no Total (%)	2021 (C)	Participação no Total (%)	Varição B/A (%)	Varição C/B (%)
Indústria	114.712	27.29	116.792	25.00	174.568	30.87	1.81	49.47
Construção Civil	20.792	4.95	21.522	4.61	23.474	4.15	3.51	9.07
Comércio	107.224	25.51	118.709	25.41	128.564	22.73	10.71	8.3
Serviços	160.756	38.24	190.962	40.88	217.105	38.39	18.79	13.69
Agropecuária	16.875	4.01	19.100	4.09	21.780	3.85	13.19	14.03
TOTAL	420.359	100.00	467.085	100.00	565.491	100.00	11.12	21.07

FONTE: RAIS/MTE

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE E SUA EVOLUÇÃO - 2011/2016/2021

2011 (A)	2016 (B)	2021 (C)	VARIACÃO (%)	
			2011/2016	2016/2021
1.724.827	1.828.676	1.863.040	6.02	1.88

FONTE: IBGE (2023)

Os dados da tabela 1 refletem o perfil produtivo da região e demonstram que o mercado de trabalho estadual é atrelado ao nível de industrialização agroindustrial de cada localidade, corroborado por Manini, Cordeiro e Piacenti (2023), destacaram que lugares com baixas taxas de emprego na indústria respaldam sua economia na agropecuária, serviços e comércio.

Segundo informações da Agência Sebrae de Notícias (2023), esses números (saldo de empregos positivos) demonstraram o perfil do desenvolvimento econômico do Paraná, pois como o quantitativo de empresas cresceu de forma significativa, também ocorreu o fenômeno de autoemprego, fruto de várias ações, como a desburocratização e a simplificação, que avançaram em todo o estado. Frente as sucessivas quedas nas taxas de desemprego, o Paraná ficou cada vez mais próximo do chamado “pleno emprego”, quando a População Economicamente Ativa (PEA) em busca de trabalho está quase totalmente ocupada. O que fica visível no período entre 2016 e 2021, no qual a população cresceu 1,88%, enquanto os postos de trabalho formal cresceram 21,07% na Faixa de Fronteira Paranaense.

O crescimento da empregabilidade nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná está altamente ligado ao agronegócio, por mais que na tabela 1 a agropecuária represente a menor participação no emprego formal.

O agronegócio é representativo por estar assentado tanto na produção primária, mas também na transformação agroindustrial, inovações técnicas e atrelado também à valorização das *commodities*. Isso favorece principalmente os estados com grande capacidade agrícola, como é o caso do estado do Paraná que é fortemente influenciado pelos ciclos agropecuários e a estrutura de transformação distribuída no espaço estadual (PIFFER, 2023; AEN-PR, 2022).

As tabelas 3, 4 e 5 abordam os dados referentes à população e emprego formal por setor e por microrregião dos municípios na Faixa de Fronteira Paranaense em separado.

Em relação à concentração populacional nas microrregiões fronteiriças do estado do Paraná, os dados da tabela 2 apontaram que a microrregião de Cascavel concentrou em média 36% da população na mesorregião Oeste e a microrregião de Francisco Beltrão concentrou em média 49% da população na mesorregião Sudoeste. Os dados ainda demonstram que no período estudado, a mesorregião Oeste apresentou mais equilíbrio populacional entre suas microrregiões, o que não é corroborado na mesorregião Sudoeste, uma vez que é a mesorregião menos populosa dentre as mesorregiões paranaenses.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÕES EM TERMOS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS - PARANÁ - 2011/2016/2021

REGIÕES DO PARANÁ	2011 ⁽¹⁾	%	2016 ⁽²⁾	%	2021 ⁽¹⁾	%
MESORREGIÃO OESTE	1.225.799	71.00	1.302.065	71.00	1.330.154	71.00
Microrregião Cascavel	435.869	35.56	466.570	35.83	481.900	36.23
Microrregião Foz do Iguaçu	409.521	33.41	427.754	32.85	426.315	32.05
Microrregião Toledo	380.409	31.03	407.741	31.31	421.939	31.72
MESORREGIÃO SUDOESTE	499.028	29.00	526.611	29.00	532.886	29.00
Microrregião Capanema	95.410	19.12	99.362	18.87	98.594	18.50
Microrregião Francisco Beltrão	243.517	48.80	257.934	48.98	262.422	49.25
Microrregião Pato Branco	160.101	32.08	169.315	32.15	171.870	32.25
TOTAL	1.724.827	100.00	1.828.676	100.00	1.863.040	100.00

FONTES: RAIS/TEM e IBGE (2023)

(1) População projetada.

(2) Contagem da população.

Cabe ressaltar ainda que em termos de população total, houve pequena oscilação do contingente populacional nas microrregiões estudadas para o período analisado. No entanto, os 87 municípios envolvidos no estudo (presentes nas microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco) apresentaram uma população total de 1.863.040 habitantes, indicando que em dez anos houve um crescimento de 7,4% em relação a 2011, ou seja, um aumento médio de 0,74% ao ano.

De acordo com Pintor, Silva e Rippel (2014) a queda rápida e generalizada da fecundidade reduz o ritmo de crescimento da população, gerando uma importante mudança estrutural no país, uma vez que a alteração na composição etária da população, bem como seu rápido envelhecimento, afeta diretamente a vida econômica e social do Brasil e seus estados, como o Paraná.

O processo de transição demográfica torna evidente o impacto do envelhecimento populacional. Com isso, ocorre o aumento da razão de dependência, que se caracteriza pela elevação da proporção de idosos em relação à população em idade ativa, tornando necessária a discussão sobre envelhecimento saudável e maior tempo de permanência dos indivíduos em atividade (MANINI; STRAUCH; COLLA, 2022).

Assim sendo, o conhecimento das mudanças na estrutura etária da população é fator fundamental para o aumento da eficácia das políticas públicas direcionadas para os segmentos específicos para este público, tais como educação, saúde, mercado de trabalho e previdência social (PINTOR, SILVA; RIPPEL, 2014).

Contudo, o crescimento populacional ocorrido possui íntima relação com os indicadores econômicos na região, pois os municípios que dispõem maior oferta de empregos são aqueles que atraem mais pessoas (CANDIOTTO; RAMOS, 2019).

Ao verificar os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, percebeu-se um aumento na participação das regiões de estudo no PIB total do estado. Para o ano de 2021 a mesorregião Oeste do Paraná apresentou uma participação no PIB estadual de 13,2% e a mesorregião Sudoeste de 5,5%, aumentando até então em média 1% a cada 20 anos (AEN, 2023). A evolução da participação do PIB regional no PIB estadual tem relação com a quantidade de indústrias e agroindústrias, de estabelecimentos comerciais e de serviços, faculdades e universidades instaladas nas regiões (CANDIOTTO; RAMOS, 2019; COLLA; ALVES, 2022).

Conforme afirmam Michelin (2014) e Piffer (2023), o Paraná saiu de uma situação basicamente agrícola para um estado industrializado e de serviços com gradativo crescimento econômico. Com a modernização da agropecuária e o conseguinte êxodo rural, ocorreu uma mudança significativa na localização populacional do estado, assim como alterou a estrutura de sua economia urbana e rural. Nesse período, ocorreu o desenvolvimento de atividades focadas na exportação de *commodities* que, movidas pela necessidade de expandir as agroindústrias e estimuladas pelos incentivos fiscais e financeiros vindos do governo, estimularam a expansão industrial também no interior do estado.

Conforme a tabela 4, todas as microrregiões registraram um aumento em termos absolutos na oferta de empregos formais. No entanto, entre 2011 e 2016, as microrregiões de Cascavel, Toledo e Francisco Beltrão, embora tenham apresentado aumentos em termos absolutos na oferta de empregos formais, perderam participação relativa. Cascavel reduziu de 39,16% para 37,80%; Toledo caiu de 31,35% para 30,87%; e Francisco Beltrão diminuiu de 48,63% para 45,31%. Essas regiões voltaram a crescer em participação de 2016 para 2021, atingindo 38,02%, 32,18% e 47,29%, respectivamente. Em contrapartida, as microrregiões de Foz do Iguaçu, Capanema e Pato Branco aumentaram sua participação de 2011 para 2016. Foz do Iguaçu cresceu de 29,49% para 31,33%; Capanema de 14,96% para 16,50%; e Pato Branco de 36,41% para 38,19%. Entretanto, perderam participação de 2016 para 2021, registrando 29,79%, 14,60% e 38,10%, respectivamente. Em relação à participação total de empregos formais nos municípios da Faixa de Fronteira do Paraná, a mesorregião Oeste representou 74% e a mesorregião Sudoeste 26% nos anos de 2011 e 2016, um cenário que se manteve praticamente inalterado em 2021.

Os dados da tabela 4 registraram que houve uma sensível ampliação do nível de emprego formal no conjunto das mesorregiões do Oeste e Sudoeste do Paraná, passando de 420.359 postos de trabalho em 2011, para 541.213 em 2021. Isso representou um crescimento de 22% no total de empregos formais gerados nos municípios na Faixa de Fronteira Paranaense. Assim, as tabelas 5, 6, 7, 8 e 9 apresentam a divisão desses empregos por setores.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÕES, EM TERMOS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS - 2011/2016/2021

PARANÁ	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	309.380	74.00	344.982	74.00	396.986	73.00
Microrregião Cascavel	121.142	39.16	130.407	37.80	150.939	38.02
Microrregião Foz do Iguaçu	91.247	29.49	108.089	31.33	118.278	29.79
Microrregião Toledo	96.991	31.35	106.486	30.87	127.769	32.18
MESORREGIÃO SUDOESTE	110.979	26.00	122.103	26.00	144.227	27.00
Microrregião Capanema	16.602	14.96	20.151	16.50	21.064	14.60
Microrregião Francisco Beltrão	53.972	48.63	55.320	45.31	68.212	47.29
Microrregião Pato Branco	40.405	36.41	46.632	38.19	54.951	38.10
TOTAL	420.359	100.00	467.085	100.00	541.213	100.00

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

De acordo com as tabelas, no período, as regiões em estudo apresentaram significativa heterogeneidade no que tange à oferta de empregos formais nos cinco grandes setores econômicos definidos pelo IBGE. Além de afirmar que todos os setores possuem elevação dos empregos formais, o que confirma o crescimento e desenvolvimento dessas regiões.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDÚSTRIA DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÃO - 2011/2016/2021

MICRORREGIÕES	INDÚSTRIA					
	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	79.565	69	84.497	72	106.898	71
Microrregião Cascavel	29.498	37	29.051	34	36.961	35
Microrregião Foz do Iguaçu	17.106	21	21.047	25	27.501	26
Microrregião Toledo	32.961	41	34.399	41	42.436	40
MESORREGIÃO SUDOESTE	35.147	31	32.295	28	43.392	29
Microrregião Capanema	6.324	18	6.333	20	7.373	17
Microrregião Francisco Beltrão	17.774	51	12.733	39	18.786	43
Microrregião Pato Branco	11.049	31	13.229	41	17.233	40
TOTAL	114.712	100	116.792	100	150.290	100

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

O setor secundário apresentou valores positivos para o emprego formal em todas as microrregiões da Faixa de Fronteira Paranaense, apenas no ano de 2011, mas para o ano de 2016 houve uma pequena queda na participação total do setor nas microrregiões de Cascavel, de 37% para 34%, e Francisco Beltrão, de 51% para 39%. Essa retração incentivou diversas prefeituras a criarem estímulos fiscais e de serviços públicos para que fossem instalados parques industriais em seus municípios, como é o caso do Distrito Industrial de Cascavel e Centro Industrial de Francisco Beltrão (IPARDES, 2014).

O Paraná possui uma grande diversidade de seguimentos industriais como produtos de base agrária; transformação da madeira; transformação mineral; petroquímica; produtos metalúrgicos e mecânicos; artigos eletrodomésticos; produtos eletrônicos; têxtil e de vestuário; artigos de cerâmica; artigos de couro, pele e lã. Com ênfase para a Faixa de Fronteira em estudo destacam-se a indústria de produtos de base agrária e têxtil (IPARDES, 2014).

Logo, o desempenho do emprego no setor secundário está diretamente ligado com vantagens locacionais, estímulos fiscais e economias de aglomeração. De acordo com Piffer e Arend (2009), as políticas públicas locais e estaduais, a integração inter-regional da economia paranaense, a modernização da agropecuária, o esgotamento da fronteira agrícola e a ampliação, difusão e diversificação dos ramos industriais, contribuíram para a formação de uma nova configuração geoeconômica no interior do estado do Paraná. As atividades agroindustriais no interior do estado dinamizam outros ramos da economia no entorno dos municípios polo por meio da multiplicação de empregos fortalecendo as microrregiões.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR CONSTRUÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÃO - 2011/2016/2021

MICRORREGIÕES	CONSTRUÇÃO CIVIL					
	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	16.256	78	15.389	72	16.848	72
Microrregião Cascavel	7.542	46	6.781	44	8.190	49
Microrregião Foz do Iguçu	4.125	25	5.005	33	4.681	28
Microrregião Toledo	4.589	28	3.603	23	3.977	24
MESORREGIÃO SUDOESTE	4.536	22	6.133	28	6.626	28
Microrregião Capanema	409	9	1.839	30	627	9
Microrregião Francisco Beltrão	2.222	49	2.231	36	2.804	42
Microrregião Pato Branco	1.905	42	2.063	34	3.195	48
TOTAL	20.792	100	21.522	100	23.474	100

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

O ramo produtivo da construção civil apresentou maiores quedas de emprego formal na mesorregião Oeste, de 78% para 72%, e maiores taxas de emprego na mesorregião Sudoeste, de 22% para 28%, o que se deve à especialização dos seus municípios. As atividades na construção civil apresentaram concentração dos empregos em atividades específicas, sendo elas a construção de obras de arte especiais, montagem de estruturas metálicas e instalações de estrutura. Apesar da impossibilidade de identificar com maior precisão tais atividades com os dados da RAIS, tal resultado indicou uma dinâmica do setor diferenciada nesses municípios.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR COMÉRCIO DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÃO - 2011/2016/2021

MICRORREGIÕES	COMÉRCIO					
	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	78.418	73	86.682	73	93.318	73
Microrregião Cascavel	31.760	41	33.734	39	36.725	39
Microrregião Foz do Iguaçu	23.214	30	26.581	31	28.403	30
Microrregião Toledo	23.444	30	26.367	30	28.190	30
MESORREGIÃO SUDOESTE	28.806	27	32.027	27	35.246	27
Microrregião Capanema	4.216	15	5.150	16	5.636	16
Microrregião Francisco Beltrão	12.791	44	14.631	46	16.612	47
Microrregião Pato Branco	11.799	41	12.246	38	12.998	37
TOTAL	107.224	100	118.709	100	128.564	100

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

O ramo do comércio apresentou valores positivos em todas as microrregiões, com a mesorregião Oeste representando 73% e a mesorregião Sudoeste 27% do total. Contudo, nota-se a maior participação relativa do setor atacadista nos municípios polo (Cascavel, Francisco Beltrão, Toledo, Pato Branco), o que está associado às condições logísticas, as quais beneficiam a distribuição de produtos para a região, ou à menor presença do comércio varejista local, ou seja, os municípios que são polos nas suas microrregiões atraem consumidores de cidades próximas de porte menor.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR SERVIÇOS DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÃO - 2011/2016/2021

MICRORREGIÕES	SERVIÇOS					
	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	123.354	77	145.003	76	164.332	76
Microrregião Cascavel	47.020	38	55.685	38	63.799	39
Microrregião Foz do Iguaçu	45.061	37	53.032	37	53.856	33
Microrregião Toledo	31.273	25	36.286	25	46.677	28
MESORREGIÃO SUDOESTE	37.402	23	45.959	24	52.773	24
Microrregião Capanema	5.259	14	6.335	14	6.882	13
Microrregião Francisco Beltrão	18.570	50	22.729	49	26.573	50
Microrregião Pato Branco	13.573	36	16.895	37	19.318	37
TOTAL	160.756	100	190.962	100	217.105	100

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

O ramo produtivo de Serviços apresentou valores extremamente positivos em todas as microrregiões, nos quais a mesorregião Oeste representou 76% e a mesorregião Sudoeste 24% do total, destacando-se essa expansão ao fortalecimento dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), com a implementação da hidrelétrica de Itaipu na microrregião de Foz do Iguaçu, a hidrelétrica Baixo Iguaçu, Salto Osório e Salto Caxias na microrregião de Capanema e Francisco Beltrão e a

expansão da coleta e tratamento de resíduos. A atividade de geração e distribuição de energia que está relacionada à exploração dos recursos hídricos para geração de energia elétrica e uma rede associativa de coleta seletiva de resíduos urbanos prestam serviços ao poder público, o que fortalece esse setor.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE, SEGUNDO MESO E MICRORREGIÃO - 2011/2016/2021

MICRORREGIÕES	AGROPECUÁRIA					
	2011	%	2016	%	2021	%
MESORREGIÃO OESTE	11.787	70	13.411	70	15.590	72
Microrregião Cascavel	5.322	45	5.156	38	5.264	34
Microrregião Foz do Iguaçu	1.741	15	2.424	18	3.837	25,
Microrregião Toledo	4.724	40	5.831	43	6.489	42
MESORREGIÃO SUDOESTE	5.088	30	5.689	30	6.190	28
Microrregião Capanema	394	8	494	9	546	9
Microrregião Francisco Beltrão	2.615	51	2.996	53	3.437	56
Microrregião Pato Branco	2.079	41	2.199	39	2.207	36
TOTAL	16.875	100	19.100	100	21.780	100

FONTE: RAIS/MTE e IBGE (2023)

O setor primário, representado pelas atividades da agropecuária, apresentou valores positivos em todas as microrregiões, apenas com uma pequena queda do ano de 2011 com 45% para o ano de 2016 com 38%, na participação total do setor, na microrregião de Cascavel. Devido à presença da agricultura familiar, os dados referentes ao emprego em atividades relacionadas à agropecuária podem apresentar distorções. Contudo, considerando apenas o emprego formal, as principais geradoras de emprego estão relacionadas à produção e conversão de proteína vegetal e animal, em que se destaca a produção de soja, milho, suínos, aves e ovos.

Desta forma, acredita-se que possam ser priorizadas as políticas públicas que foquem na formalização do trabalhador rural e que considerem as características específicas das atividades agrícolas, como a sazonalidade (STADUTO; KRETER, 2014). Nessa perspectiva, Mattei et al. (2023) afirmam que compreender o desenvolvimento rural e suas nuances, bem como o fato de ser diversificado ou especializado, compõe uma agenda multidimensional de avaliação desses aspectos como edificadores de ações públicas ou privadas que visem garantir a sustentabilidade do desenvolvimento das regiões.

Em suma, a partir dos dados apresentados, a maior parte da geração de empregos, nas regiões em estudo, encontrou-se associada à indústria de produção de alimentos e abate de animais, além das atividades de abastecimento e transporte, com forte vinculação à agroindústria, representando em média 60% do total. As produções de suínos e aves são atividades importantes na geração do emprego na agropecuária com diferentes participações das atividades econômicas em cada um dos

municípios, sendo que estes parecem despontar em termos de crescimento. Outro elemento importante é a participação das cooperativas agroindustriais na produção agroalimentar na Faixa de Fronteira Paranaense.

Rippel *et al.* (2018) ao estudar o surgimento, ascensão, apogeu e crise das cooperativas de leite da agricultura familiar, enunciam que há relevância do processo organizacional dos agricultores familiares em torno das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar e Economia Solidária, com intuito de acessar melhores preços e mercado para a matéria prima. Também perceberam que as cooperativas servem como uma ferramenta importante na organização produtiva do leite.

Ilha *et al.* (2011) ao analisar a contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais para com seus municípios sedes, concluíram que as cooperativas podem buscar melhorias na sua gestão para enfrentar as novas exigências de competitividade no mercado, satisfazendo melhor seus cooperados e contribuindo mais com o crescimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar a distribuição do emprego formal nos municípios na Faixa de Fronteira Paranaense, envolvendo as mesorregiões Oeste e Sudoeste, 6 microrregiões e 87 municípios em 2011, 2016 e 2021.

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa foi caracterizado por uma abordagem exploratória-descritiva. A natureza do estudo foi predominantemente qualitativa, empregando métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Os dados primários foram coletados no site da RAIS e do IBGE, e a análise dessas informações foi conduzida por meio da metodologia qualitativa de análise de conteúdo. Os resultados obtidos durante esse processo formaram a base do conhecimento científico gerado, contribuindo para a compreensão mais aprofundada do tema em questão.

Os principais resultados desta análise revelaram que, durante o período em estudo, o setor terciário, abrangendo comércio e serviços, se destacou como o principal empregador. No entanto, é evidente que a dinâmica do mercado de trabalho estadual está intrinsecamente ligada ao nível de industrialização agroindustrial de cada localidade.

Os dados também apontaram para um equilíbrio populacional mais pronunciado entre as microrregiões na mesorregião Oeste, em contraste com a mesorregião Sudoeste, que se destacou como a menos populosa entre as mesorregiões paranaenses no período analisado.

Além disso, foi observado que o estado do Paraná passou por uma transformação significativa, transitando de uma situação predominantemente agrícola para um estado industrializado e de serviços, acompanhado por um crescimento econômico gradual. Em relação ao emprego formal, todas as microrregiões registraram

um aumento absoluto na oferta de empregos, representando um crescimento total de 22% nos municípios da Faixa de Fronteira Paranaense. Esses resultados fornecem *insights* valiosos sobre a dinâmica socioeconômica e as tendências de emprego na região analisada.

A implementação e promoção do emprego formal nas regiões em estudo podem envolver uma série de estratégias e iniciativas, como sugestão é interessante destacar a atração de investimentos, o desenvolvimento de parques industriais, os incentivos à formalização de negócios, a capacitação profissional, o estímulo ao empreendedorismo, o fomento aos setores estratégicos, o desenvolvimento de polos tecnológicos, os programas de inclusão social, a colaboração entre setores público e privado, entre outras.

Como sugestões de novas pesquisas é cabível medir qual o impacto da tecnologia no emprego formal, investigar como as mudanças tecnológicas, como automação e inteligência artificial afetam a criação e a manutenção de empregos formais. Além de buscar entender quais são os setores emergentes na economia e sua relação com o emprego formal de modo a avaliar as oportunidades e desafios associados ao desenvolvimento desses setores.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (AEN). **Com queda na taxa de desocupação, Paraná se aproxima de alcançar o pleno emprego.** 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-queda-na-taxa-de-desocupacao-Parana-se-aproxima-de-alcancar-o-pleno-emprego>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (AEN). **Economia do Paraná está mais forte e distribuída nas regiões, mostra estudo do IBGE.** 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Economia-do-Parana-esta-mais-forte-e-distribuida-nas-regioes-mostra-estudo-do-IBGE#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Curitiba,34%2C6%25%20em%202021>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Pequenos negócios somam 79% dos empregos gerados no Paraná, em setembro.** 2023. Disponível em: <https://pr.agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-somam-79-dos-empregos-gerados-no-parana-em-setembro/>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BORBA, V. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. **História**, v.4, n.2, p.59-78, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm#:~:text=14.019%2C%20de%202020\)-,Art.,abrangidos%20pela%20Faixa%20de%20Fronteira](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm#:~:text=14.019%2C%20de%202020)-,Art.,abrangidos%20pela%20Faixa%20de%20Fronteira). Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MET). RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. **Bases estatísticas RAIS e CAGED**. 2023. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CANDIOTTO, L. Z. P.; RAMOS, L. M. Crescimento populacional no Sudoeste do Paraná (1991-2016): uma análise a partir de dados do IBGE. **Terra Plural**, v.13, n.1, p.42-57, 2019.

CHRIST, G. D.; STRAUCH, A. G.; ALVES, L. R.; PIFFER, M. A base de exportação do Oeste Paranaense 2000/2010/2020. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v.21, n.40, p.27-52, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/28673>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COLLA, C.; ALVES, L. R. Os efeitos da Covid-19 na expectativa de vida dos municípios polo da Mesorregião Oeste Paranaense. In: XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2022. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Abep, 2022. Disponível em: <http://eventoexpress.com.br/sites/abep/anais/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FERNANDES, J. S.; SCHLINDWEIN, M. M. Emprego formal e informal: uma análise para o estado de Mato Grosso do Sul. **Informe GEPEC**, v.15, n.2, p.73-87, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4228/4768>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FURTADO, R. 35 anos da lei da Faixa de Fronteira: avanços e desafios à 5 anos da lei da Faixa de Fronteira: avanços e desafios à integração sul-americana. **Revista Brasileira de Inteligência**, n.9, 2015. Disponível em: <https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/view/118>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades de federação. **Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ILHA, P. C.; LEISMANN, E. L.; RIPPEL, R. A contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, v.15, n.1, p.164-179, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5501>. Acesso em: 16 jan. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. 2014. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstria_no_Paran%C3%A1. Acesso em: 15 jan. 2024.

MANINI, S. M.; CORDEIRO, P. S.; PIACENTI, C. A. Análise do emprego formal nos municípios paranaenses – 2006 a 2018. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.12, n.2, p.35-352, 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/rbpd/article/view/15492>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MANINI, S. M.; STRAUCH, A. G. N.; COLLA, C. Envelhecimento populacional e perfil da mortalidade no município de Toledo (PR). 2022. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: POPULAÇÃO, INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: dinâmica demográfica e conhecimento no mundo pós-pandemia. Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP (org.). **Anais do XXII**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.abep.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=30. Acesso em: 14 jan. 2024.

MATTEI, T.; CATTELAN, R.; PIFFER, M. Análise espacial do grau de diversificação agropecuária e desenvolvimento rural do Paraná. **Desenvolvimento em Questão**, v.21, n.59, p.e13016, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13016>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MICHELON, M. T. **O crescimento econômico nas áreas de fronteira do Estado do Paraná**. 2014. 63 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

OLIVEIRA, N. M. de; STRASSBURG, U.; PIFFER, M. Técnicas de pesquisa qualitativa: uma abordagem conceitual. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v.17, n.32, p.87–110, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/17496>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, T. C. **Crescimento econômico na Faixa de Fronteira**: o caso do Arco Sul do Brasil 2004-2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

PERETTI FILHO, V. P.; DA CUNHA, M. S. Diferenças regionais na oferta de trabalho no Brasil. **Informe GEPEC**, v.21, n.1, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/14874>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PIFFER, M. A dinâmica da base econômica regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. **Economia & desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PIFFER, M. Reestruturação espacial e produtiva no Oeste Paranaense no início do século XXI. **Informe GEPEC**, v.27, n.2, p.350-365, 2023.

PIFFER, M.; AREND, S. C. A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional Paranaense no período de 1970 a 2000. **Informe GEPEC**, v.13, n.1, p.107-122, 2009. 2206. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/2206>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PINTOR, E. de; SILVA, G. M. da; RIPPEL, R. Estrutura etária da população paranaense entre 1970 e 2010. **Economia & Região**, v.2, n.1, p.79-82, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/17836>. Acesso em: 14 jan. 2024.

RIPPEL, L.; ALVES, A. F.; PLEIN, C. O cooperativismo de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise. **Informe GEPEC**, v.22, n.1, p.24-42, 2018.

STADUTO, J. A. R.; JONER, P. R.; SCHIO, T. A. Evolução do mercado de trabalho informal no estado do Paraná. **Informe GEPEC**, v.14, n.1, p.6-23, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/2574>. Acesso em: 11 jan. 2024.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil. **Informe GEPEC**, v.18, n.1, p.177-192, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/9283>. Acesso em: 15 jan. 2024.

STADUTO, J. A. R.; SCHIO, T. A. Flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica dos estados e das regiões metropolitanas e não-metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v.04, n.2, p.51-66, 2010. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/50>. Acesso em: 04 jan. 2024.